

Elementos para a compreensão do povoamento antigo no Baixo Dão

Pedro Matos* | pjmatos27@hotmail.com

Helena Catarino* | hcatarino@fl.uc.pt

*CEAACP/FCT – Universidade de Coimbra.

Resumo

As prospeções arqueológicas extensivas são uma etapa indispensável ao estudo do povoamento antigo em determinado território. Além de possibilitar a identificação de sítios, estes trabalhos proporcionam ao investigador um conhecimento aprofundado do espaço em estudo e, conseqüentemente, perceber a influência dos elementos naturais sobre os padrões de ocupação antigos.

Neste texto será apresentada a dinâmica de ocupação no Baixo Dão entre o Período Romano e a Idade Média plena, com enfoque sobre a relação espacial entre os assentamentos romanos e as povoações medievais. Esta análise será, toda ela, construída com base na articulação dos dados obtidos em prospeções extensivas com a informação recolhida na documentação histórica, para demonstrar o potencial da interdisciplinaridade destas duas fontes de dados, tendo como pano de fundo a paisagem do Baixo Dão.

Abstract

Extensive archaeological surveys are an essential step to the study of ancient settlements in a given territory. In addition to enable the identification of sites, those works provide the researcher with a thorough knowledge of the space under study, and consequently understand the influence of natural elements on ancient occupational patterns.

In this text, it will be presented the dynamics of ancient settlements in Baixo Dão, from Roman times to the Middle Ages, with a focus on the spatial relationship between Roman and medieval sites. This analysis will be fully built on the articulation of extensive surveys data and the information collected in historical documents, to demonstrate the interdisciplinary potential of these two data sources, against the backdrop of Baixo Dão landscape.

1. Introdução

No sudoeste do Planalto Beirão as povoações de Óvoa, Vimieiro, Couto do Mosteiro, Santa Comba Dão e Treixedo estão posicionadas na área do Baixo Dão (Santa Comba Dão, Viseu), principal afluente do Mondego (Fig. 1). Testemunham a ocupação milenar desta zona que foi, desde o Período Romano, por um lado, marcadamente rural e periférica em relação aos grandes centros de poder, mas por outro, perfeitamente inserida na rede de comunicação principal que os interligava. Desta forma compreende-se porque, conforme avançam os trabalhos arqueológicos, surgem cada vez mais indícios de um forte grau de integração dessas comunidades rurais, nos sistemas culturais suprarregionais ao longo do primeiro milénio da era cristã.

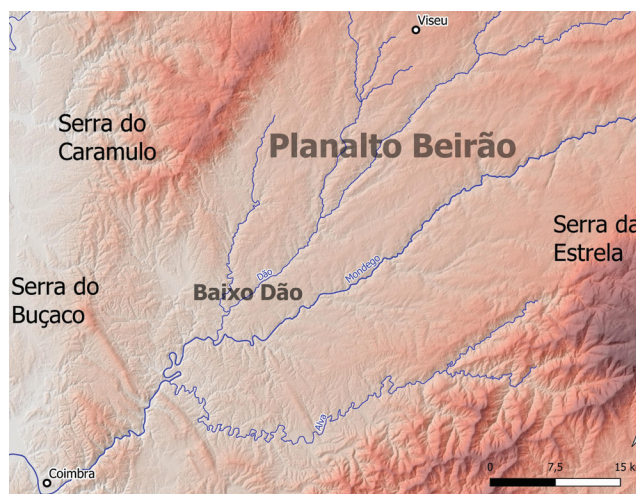


Fig. 1 – Enquadramento geográfico do Baixo Dão.

A configuração do seu povoamento aliada aos vestígios arqueológicos e registos históricos, onde ressalta a antiguidade dos topónimos locais, resulta num valioso dado científico, capaz de transformar este exíguo espaço numa interessante amostra para o estudo do povoamento antigo no sul do Planalto Beirão. Posto isto, o objetivo deste texto é apresentar individualmente os dados emanados pelas fontes históricas e arqueológicas para, depois, evidenciar o potencial da sua análise conjunta como ferramenta indispensável ao estudo dos antigos padrões de implantação dessas comunidades rurais.

2. As potencialidades naturais do território

Na década de setenta do século passado o curso final do rio Dão foi profundamente alterado pela construção da barragem da Aguieira. Hoje utilizado por embarcações recreativas, este trecho do rio foi, no passado, predominantemente raso e pontuado por caneiros e poldras sobre as quais facilmente se atravessava, nunca dantes tendo-se prestado à navegação. O Mondego, por outro lado, até aos finais do século XIX figurava como um importante eixo viário, ou mesmo o principal eixo viário no sudoeste do Planalto Beirão. Com efeito, as barcas subiam a montante o vale do Mondego, no máximo, até ao local da

foz do Dão, onde, na aldeia homónima — atualmente submersa na albufeira da barragem —, existia um embarcadouro de marcada importância para as comunidades inseridas entre o vale do Dão e a encosta nascente da Serra do Caramulo.

No que se refere à influência da paisagem sobre os padrões de implantação antigos, destaca-se aqui o papel da rede hidrográfica secundária como verdadeiro eixo estruturante do povoamento, muito mais expressiva do que os rios principais, Criz, Dão e Mondego, onde os vales de margens escarpadas e pedregosas eram ocupados apenas em determinadas zonas estratégicas. Quase todos os ribeiros correm por vales discretos e são facilmente utilizados para azenhas, canais de irrigação nos raros lugares desprovidos de mananciais, além das terras de lameiro e ervaçal com condições ideais à criação de gado.

Como já vimos em estudos anteriores (Matos & Catarino, 2019, p. 137), durante o Período Romano, da foz do Dão partia uma estrada que bifurcava nas proximidades da *villa* romana da Abadia, com um ramal seguindo para Viseu e outro para leste, a caminho de Bobadela (Fig. 2).

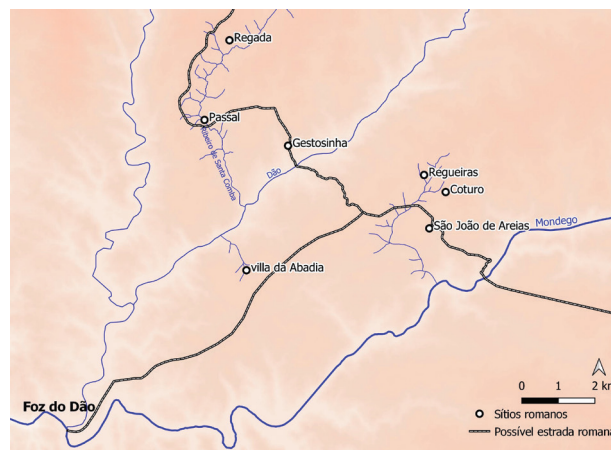


Fig. 2 – Ocupação romana e possíveis eixos viários.

O primeiro atravessaria o Dão na zona do Granjal, entre Santa Comba Dão e Treixedo, infletindo junto ao cabeço da Gestosinha em direção ao vale do Ribeiro de Santa Comba, onde estava o núcleo de povoamento, e continuando para norte através da linha do vale. Terá sido este o principal eixo viário do Baixo Dão até aos inícios do século XII, quando ocorreu uma nova configuração do povoamento decorrente da implantação do *castro* de Santa Columba, às margens do rio, conforme será apresentado de seguida.

3. O estudo do povoamento a partir dos documentos históricos

No ano de 974, Oveco Garcia¹ concedeu carta de doação de metade da sua *villa de Sancta Columba* ao mosteiro de Lorvão. Graças a uma sobrevivência invulgar da toponímia medieval local, hoje conseguimos, com base na descrição dos limites da propriedade doada, reconstruir o seu território assim como a rede do povoamento coetâneo. A *villa de Sancta Columba* na alta Idade Média encabeçava um território bastante extenso onde estavam incorporados “*villares et suas ecclesias*”, ou seja, núcleos de

¹ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 2 (974 Julho, 22).

povoamento semelhantes ao que se entende hoje por casais e/ou aldeias/lugares com edifício religioso.

Estes pequenos *villares*, dispersos ao longo do vale do ribeiro de Santa Comba, poderiam estar integrados numa incipiente organização paroquial articulada com a igreja ou mosteiro de *Sancta Columba*, o “centro de poder local”, mas, por outro lado, em termos espaciais, não há indícios de uma unidade ocupacional compacta. Com efeito, apenas com base na análise espacial aliada ao registo histórico, no caso da *villa* de Santa Columba do século X, destaca-se o seu enquadramento no modelo de aldeias alto-medievais do Noroeste peninsular proposto por Quirós Castillo (2007, p. 78), ou seja, grupos de unidades domésticas formadas pelas vivendas e respetivas áreas de serviços e armazéns — no caso em estudo, possivelmente, os *villares* referidos na documentação — entretanto, sem o reconhecimento de espaços comuns.

Em 985² é realizada uma segunda doação de outra parte da *villa* de *Sancta Columba* ao mosteiro de Lorvão, agora, por iniciativa do conde Gonçalo Moniz, também possessor de terras em *Sancta Comba* das quais abdicou em favor do cenóbio. Assim, com esta, também a *villa* de Treixedo (*Traxede*), com o seu mosteiro junto ao Dão — “*monasterio discurrente ribulo Adon*” — foi doada ao cenóbio lorvanense por Gonçalo Moniz em 981³.

Durante mais de um século estas duas vilas pertenceram ao mosteiro de Lorvão, até que, em 1102⁴, na pessoa do prior Eusébio, foi concedida carta de povoamento às *villas* de *Sancte Columbe* e *Trexedis*, as quais foram fortificadas — “*fortitudo in turrium edificationes et populatorum*” — provavelmente sob o comando do tenente de Besteiros, Mido Cidiz, que pouco depois entrou em litígio com o mosteiro de Lorvão pelos direitos de povoamento sobre essas comunidades. Desconhece-se o motivo ou motivos por trás deste processo. Apenas podemos refletir se não terá sido o intento de fortalecer a vigilância sobre o vale do Dão face à ameaça almorávida, ou já um reflexo do fortalecimento da aristocracia senhorial na senda da Revolução Feudal, neste caso, com a aquisição dos direitos de Mido Cidiz sobre o povoado de Santa Comba, conforme atestado num diploma de 1103⁵. Neste, a vila de *Sancta Columba* é já mencionada como o “*castrum vocabulo Sancta Columba*”, cuja localização indicada — “*discurrente rivulo Huone*” (rio Dão) — não deixa dúvida quanto ao facto de ser a atual povoação de Santa Comba Dão, que se instalou também no vale do ribeiro de Santa Comba, mas a quase 2 km para sudeste da original *villa de Sacta Columba* referida nos diplomas de 974 e 985, ou seja, a atual povoação do Couto do Mosteiro. É possível que, conforme será abordado mais abaixo, no âmbito deste esforço de fortificação do vale do Dão, tenha sido construída uma pequena atalaia onde está hoje a aldeia do Castelejo, que não vem mencionada nos registos históricos coevos.

A vila de Santa Comba foi depois coutada por Dona Teresa à Sé de Coimbra, com a carta de couto posteriormente confirmada por D. Afonso Henriques em 1137⁶. A partir de então os documentos históricos passam a mencionar juntos ou em separado a vila e o couto de Santa Columba, sem que se consiga perceber, claramente, a qual das “Santas Columbas” os diplomas se referem, ou seja, à antiga *villa* alto-medieval ou à povoação fundada e fortificada nos inícios do século XII, embora ocasionalmente a menção a esta última fique clara quando é citado o *burgo* de *Sancta Coomba D’Oon*. Apenas em inícios do século

² Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 1 (985, julho, 22).

³ *PMH* – DC, CXX, 98.

⁴ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 68 (1102, outubro).

⁵ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 80 (1103, maio)

⁶ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 64 (1137, junho)

XIV a questão se esclarece, concretamente, num diploma de 1306⁷ onde é referido explicitamente o Couto do Mosteiro de Santa Comba do Bispado de Coimbra e, depois, num documento de 1342⁸ da chancelaria de D. Afonso IV, em que as povoações do *Couto do Mosteiro* e *Santa Coonba Doom* são individualmente mencionadas pela primeira vez. Aquela, sem dúvida, o atual Couto do Mosteiro, onde teve origem a vila de Santa Columba alto-medieval e que até hoje tem na Igreja de Santa Columba a sua igreja matriz; a segunda, a comunidade que evoluiu do castro fundado em 1102.

A sul do Dão a povoação do Vimieiro (*Vimineiro*) surge nos registos históricos em 1137, e a *villa* de Óvoa (*Ovoa*) aparece pela primeira vez num diploma de 1158⁹. Em 1296¹⁰ aparece o registo de todas as povoações que, a sul de Óvoa, envolvem a área da *villa* romana da Abadia, uma informação valiosa para a análise espacial conforme será apresentado mais abaixo.

4. A informação arqueológica

4.1. A norte do Dão

Em prospeções arqueológicas, foi possível identificar dois núcleos de ocupação romana no vale do Ribeiro de Santa Comba, designadamente no lugar da Regada (Freguesia de São Joaninho) e na zona do Passal (Couto do Mosteiro). Em relação à primeira o volume de dados obtidos não permite, por enquanto, avançar com propostas para definir as suas balizas cronológicas de ocupação; entretanto, fragmentos de *terra sigillata* hispânica e uma área de dispersão com cerca de 4000 m², de acordo com a metodologia proposta por Jorge de Alarcão (1998), sugerem a existência do que este autor classificou como casal, ocupado pelo menos em época imperial. Na Regada, afastada pouco mais de 7 m da Rua Direita, que liga as povoações de Casal Bom e Vila Pouca, há uma pequena ponte formada por uma laje rochosa sobre a qual estavam os parapeitos em blocos de granito esquadrihados. Com este mesmo material, sob a ponte foi construído um talha-mar triangular, técnica comumente encontrada em pontes medievais.

No Passal, arredores da igreja de Santa Columba, 2,5 km para sul da Regada, a informação arqueológica recolhida na fase inicial do estudo do sítio foi igualmente levantada em prospeções arqueológicas. Entretanto, a diversidade tipológica dos vestígios transpareceu uma ocupação diacrónica, aliás, consonante da importância histórica do sítio. Trata-se de um local onde os vestígios arqueológicos — maioritariamente fragmentos de cerâmicas de construção (*tegullae* e *imbrices*) e pontualmente de cerâmicas comuns — estão espalhados por uma área com pelo menos 2 ha, posicionada numa planura entre a margem direita do Ribeiro de Santa Comba e a encosta do cerro da povoação do Couto do Mosteiro.

Junto à igreja encontra-se a maior concentração de vestígios arqueológicos, resultado das diversas fases de construção do edifício, sobretudo quando foi feita a igreja moderna, momento de maior destruição das estruturas antigas. Aqui, para além dos já referidos materiais de construção destaca-se, por serem indicadores cronológicos, os fragmentos de *terra sigillata* hispânica, um pequeno fragmento de cerâmica cinzenta estampilhada a testemunhar uma ocupação tardo-antiga, um sarcófago medieval e um

⁷ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 76.

⁸ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 86.

⁹ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 23.

¹⁰ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 60 e 61.

ceitel do século XV a representar a fase final da Idade Média (Matos, 2019, pp. 47–49). Destaca-se também a presença de elementos que poderiam estar relacionados com um edifício de arquitetura românica, designadamente bases e fustes, mas principalmente um bloco de granito onde foram esculpidas figuras antropomórficas.

Na direção poente do ribeiro de Santa Comba, o cabeço da Gestosinha estaria articulado com um local de travessia do Dão e uma estrada que, junto ao sopé do cabeço, bifurcaria num ramal para Oeste a caminho do ribeiro de Santa Comba, e a Leste, pelo menos a partir da Alta Idade Média, em direção à zona de Treixedo (Fig. 3). Conforme será apresentado mais abaixo sob o prisma de uma análise interdisciplinar, há fortes indícios de uma utilização diacrónica deste sítio como ponto de vigia até à Idade Média plena, embora com vestígios arqueológicos que testemunham, também, uma ocupação pré-romana.



Fig. 3 – Cabeço da Gestosinha.

Trata-se de cerâmicas manuais com pastas esponjosas e arenosas cozidas em atmosfera irregular, salvo raras exceções onde foi conseguida uma oxidação completa. Apenas em casos pontuais as superfícies levaram um breve alisamento, sempre insuficiente para ocultar as inclusões de médio e grosso calibre (Fig. 4). Em termos morfológicos este conjunto faz lembrar, por exemplo, as cerâmicas da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo em Proença-a-Nova (Diogo & Catarino, 2006, pp. 153, 154), e os recipientes de fabricos manuais das cerâmicas vermelhas e grés argilosos de *Conimbriga* (Alarcão, 1974, pp. 44–46).

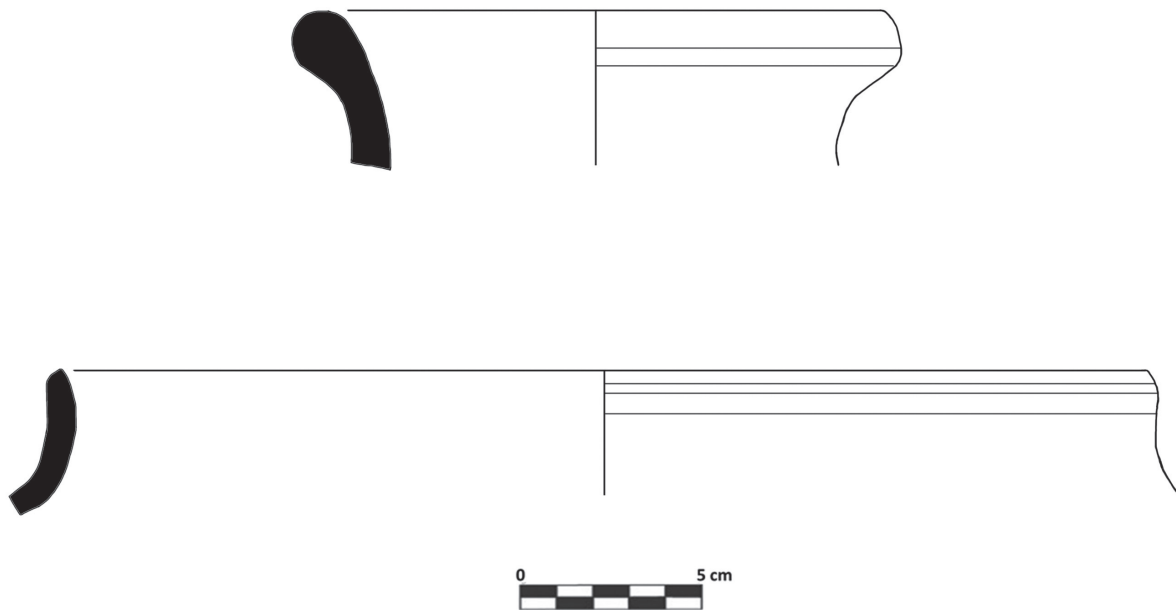


Fig. 4 – Cerâmicas do Cabeço da Gestosinha.

Os dois bordos encontrados no cabeço da Gestosinha correspondem a um jarro de colo côncavo arqueado e bordo esvasado com espessamento externo, e um pote de ombros retos e colo vertical. O segundo apresenta um perfil semelhante a potes de fabrico manual da Idade do Ferro e cerâmicas torneadas de tradição indígena de *Conimbriga*, respectivamente de cerâmicas vermelhas e cerâmicas quartzo-micáceas (*ibidem*: 45; 53). Foram ainda registados dois fundos de base plana e duas asas de rolo.

4.2. A sul do Dão

As escavações arqueológicas executadas na Encosta do Patarinho, área norte da *villa* da Abadia, têm revelado um edifício cuja ocupação poder-se-á ter estendido até a Tardo-Antiguidade, mas que em inícios da Alta Idade Média foi transformado em espaço funerário, conforme atesta o conjunto de sepulturas rupestres aqui implantadas. O abandono da área da *villa* romana, indicada hoje por uma mancha de ocupação sobre uma várzea com cerca de 5 ha, apenas pode ser estimado a partir dos dados obtidos na Encosta do Patarinho. Entretanto, uma área tão extensa seguramente tivera diferentes contornos de evolução ocupacional ao longo dos séculos (Fig. 5).

Os níveis romanos identificados nas últimas escavações estão a comprovar aquilo que já se suspeitava anteriormente (Matos, 2019, pp. 104–108), ou seja, a existência de uma forte componente de cerâmicas importadas e/ou de fabrico regional. Em nossa opinião, a presença marcante destes materiais será justificada pela proximidade do sítio a um importante eixo viário que, conforme sublinhado mais acima, estaria articulado com a navegação no Médio Mondego, concretamente com o seu último embarcadouro a montante, posicionado na foz do Dão.



Fig. 5 – Escavação da Encosta do Patarinho (campanha de 2020).

5. Complementaridade entre as fontes de estudo

Apresentados sumariamente os registos histórico e arqueológico, de seguida, faz-se uma análise micro regional mais detalhada à luz destas duas fontes de dados, por forma perceber o potencial da interdisciplinaridade na compreensão das dinâmicas do povoamento antigo.

5.1. A ocupação no vale do Ribeiro de Santa Comba

l) Sítios da Regada e Passal

Embora com marcadas diferenças ao nível do volume de dados arqueológicos obtidos, os sítios da Regada e Passal apresentam um aspeto semelhante, aliás, como veremos, observado também na *villa* da Abadia, designadamente, o abandono do habitat antigo seguramente a partir da Idade Média plena, quando nos seus entornos imediatos se desenvolvem pequenas comunidades que, guardadas as devidas proporções, pouco terão evoluído em termos espaciais nas Épocas Moderna e Contemporânea.

O sítio da Regada, hoje terrenos de mata autóctone, vinhas e pinhais está praticamente no centro de um retângulo de povoações das quais apenas Vila Pouca figura nos diplomas medievais, concretamente em 1347¹¹. Descendo o vale do Ribeiro de Santa Comba encontra-se o Passal, com terras de silvado e vinhas, à volta do qual se desenvolveram as povoações do Couto do Mosteiro, Vila de Barba e Pregoinho, registadas, respetivamente, nos diplomas de 1342, 1347 e 1401¹².

II) O povoamento às margens do Dão

Até à construção da barragem da Aguieira, a mais impactante alteração no ordenamento territorial do Baixo Dão ocorreu no século XII, em resultado da construção do *castrum* de Santa Comba e do subsequente *burgo* onde está hoje o núcleo antigo da cidade de Santa Comba Dão, próximo à foz do Ribeiro de Santa Comba na margem direita do Dão. Aqui, alguns indícios nos permitem avançar com um exercício de arqueogeografia sobre a morfologia urbana atual, através do qual tentaremos identificar os traços da primitiva povoação pleno-medieval.

Para Gérard Chouquer a interpretação do ordenamento morfológico da vila medieval deve ser guiada pela associação entre uma “regra de identificação e uma regra hierárquica” (Chouquer, 2012, p. 122)¹³. Seguindo esta metodologia começámos por delimitar os quarteirões entre o ribeiro de Santa Comba e o largo do Rossio, deixando evidente uma ordenação urbana em forma de “meia-lua” orientada a partir de duas ruas principais na direção noroeste-este (Fig. 6): a primeira (RP-1), que mais a norte atravessa o Largo do Rossio, corresponde à Rua António da Costa; a segunda (RP-2), a sul, corresponde às ruas Alexandre Herculano e Dr. Tavares Festas, também chamada “Rua Direita”. Esta designação, generalizada a partir do século XIV, poderia tanto reportar um eixo estruturante quanto aludir a um itinerário, um percurso “direto” entre dois pontos (Pinto, 2014, p. 43).

Passámos então ao segundo princípio morfológico, ou seja, a interpretação da regra hierárquica por meio da qual identificámos três arruamentos principais, designadamente os dois referidos acima e um terceiro (RP-3) que parte do primeiro e atravessa o segundo no sentido noroeste-sudeste. Desce do Rossio na rua Gago Coutinho, faz um desvio em baioneta ao atravessar a RP-2 e segue no sentido sudeste pela Rua Nossa Senhora da Assunção. No lado nascente, uma torre vigiaria a encosta leste, a igreja de Santa Maria (Igreja Matriz de Santa Comba Dão) e o acesso ao burgo cuja entrada seria feita em linha reta através da antiga Rua Direita ou, mais provavelmente, pela esquina antigamente conhecida como “Entrada de São Simão”, a sudoeste do povoado.

A localização desta torre advém de uma informação publicada por Américo Costa, da qual nos deu conta o Dr. António Neves: “um imóvel anexo às dependências do solar dos barões desta nobre vila (...) eram restos do referido *castrum*, ou que foi construído numa parte dele a que o povo chamava Torre. Este imóvel, precisando melhor, fica no ângulo formado pelas ruas António da Costa e Mouzinho de Albuquerque” (Costa, 1948, p. 916, *apud* Neves, 2013).

Da torre seriam avistadas, na margem oposta do Dão, as povoações do Vimieiro e Castelejo, sendo o primeiro registo histórico daquela de 1137 (Fig. 7).

¹¹ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 63.

¹² Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 271.

¹³ Livre tradução dos autores.

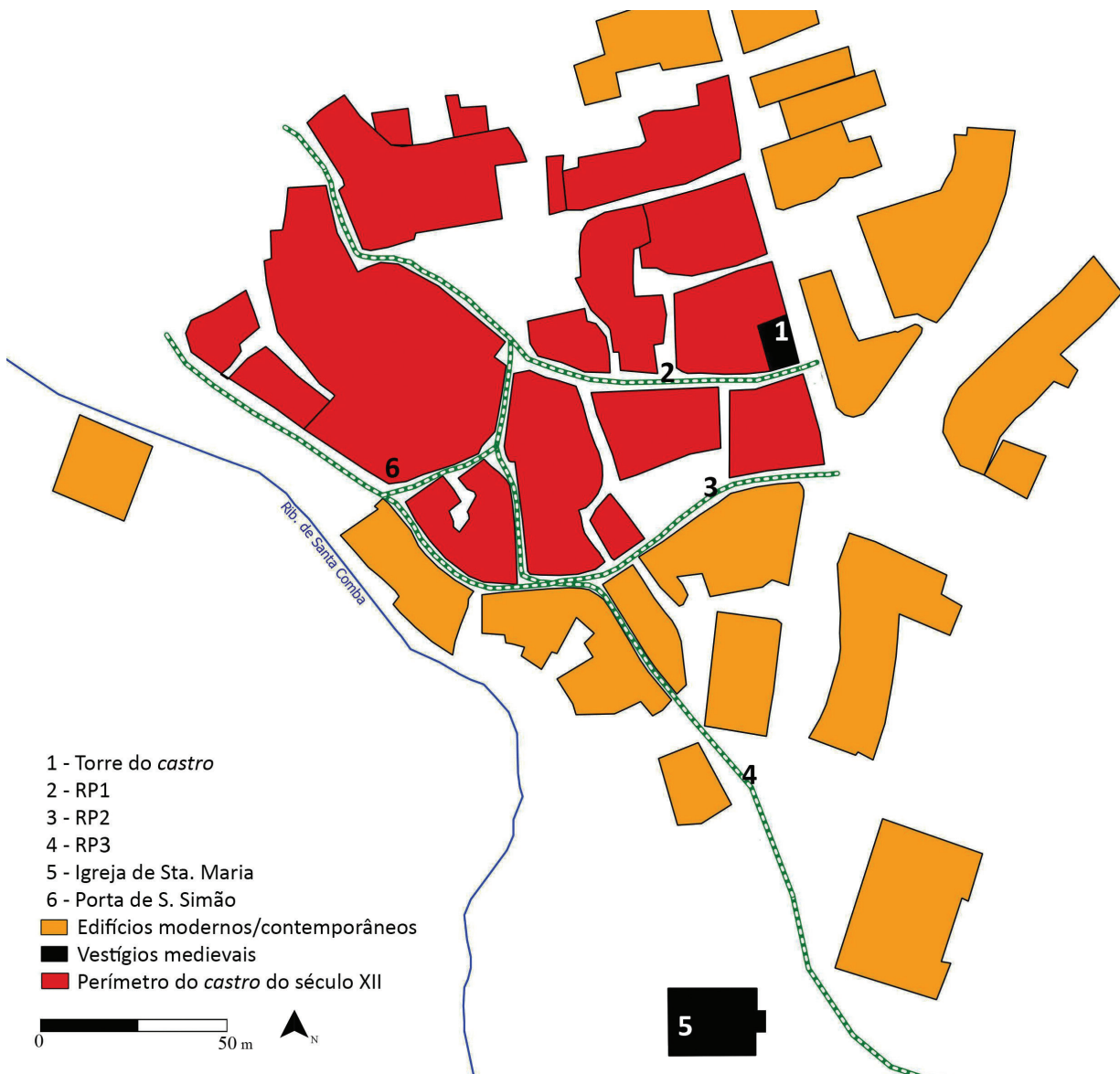


Fig. 6 – Análise da morfologia urbana do centro de Santa Comba Dão.

Mais acima foi referida a possibilidade da implantação de uma estrutura de vigia no morro do Castelejo dentro do processo de fortificação do Baixo Dão no século XII. Esta aldeia está implantada num local elevado na encosta voltada a nascente do vale do Dão, mantendo confortavelmente dentro do seu campo de visão o *burgo* de Santa Comba e o cabeço da Gestosinha na vertente oposta.

Já em 1347 a povoação estava documentada — “*Castelejo que he do couto de Sam Nhoane d’Areias*”¹⁴ — mas a sua existência recua pelo menos ao reinado de D. Afonso III¹⁵, período em que, possivelmente, se mantinha a memória da antiga estrutura defensiva.

¹⁴ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 209.

¹⁵ Na inquirição supracitada, um morador de Parada recordou-se de um enforcamento no “*tempo que el Rei Dom Afomsso padre del Rei Dom Dinis morreo*”, levado a cabo num sobreiro “*a par de Castelejo*” (Morais, 2013, *Corpus Documental*, p. 150).

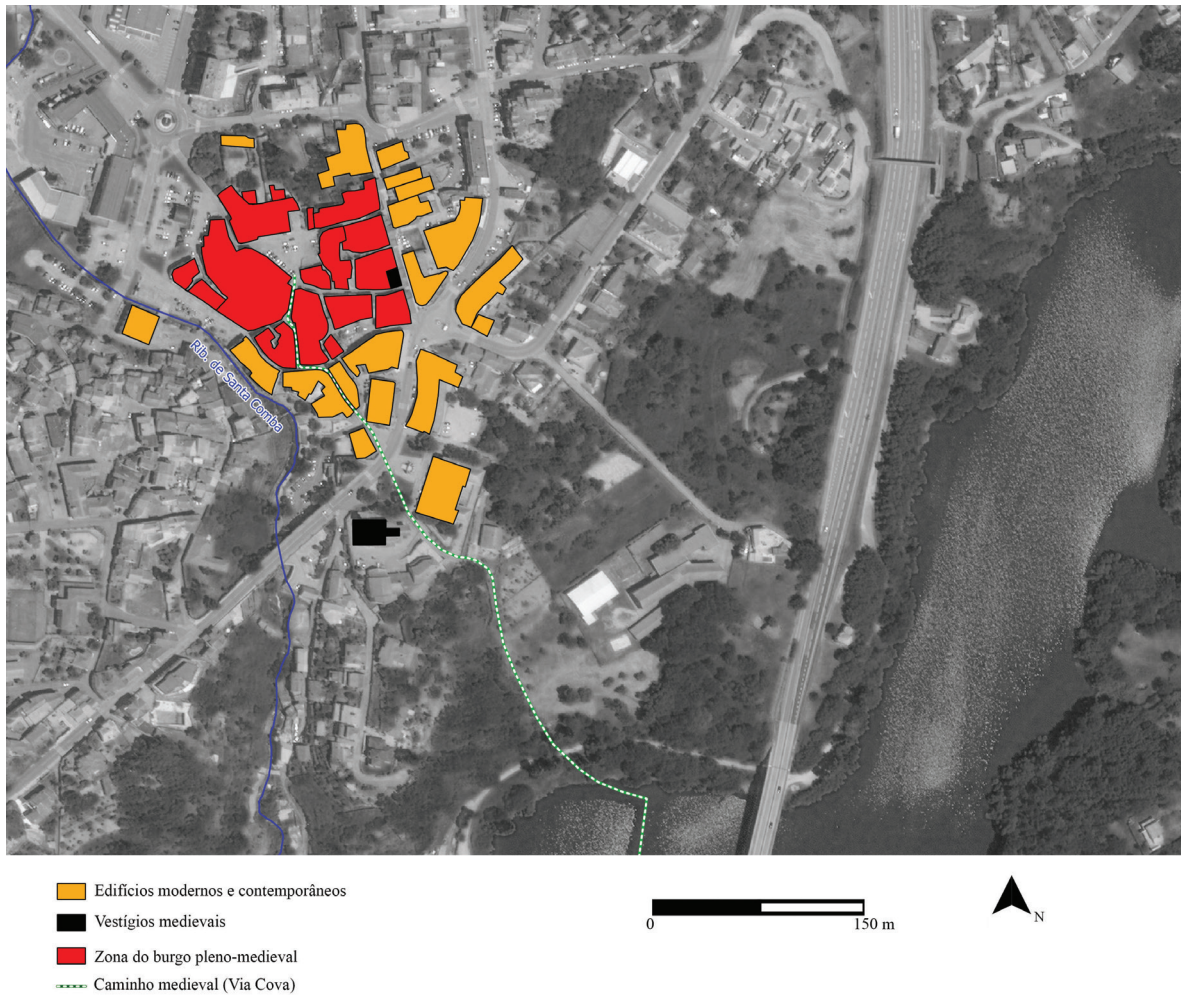


Fig. 7 – Configuração da vila de Santa Columba no século XII.

Teria existido aqui um pequeno fortim, ou simplesmente um reduto amuralhado, talvez de origem alto-medieval que conservou a designação “castelejo” nos séculos subsequentes. Sobre este aspeto, a título de exemplo, refira-se o caso do Castelo de Penela onde o termo “Castelejo” foi atribuído à torre localizada no seu afloramento mais alto, estrutura remanescente da fortificação de D. Sesnando (Barroca, 1990–1991, pp. 107–108).

De todos os locais com indícios de estruturas defensivas medievais, todavia era o cabeço da Gestosinha o sítio melhor posicionado, pois mantinha contacto visual com todos os assentamentos ribeirinhos nas duas margens do Dão a jusante do Castelejo, além da sua articulação com um local de travessia do Dão e um caminho antigo. Por outro lado, o registo histórico também subscreve essa hipótese levantada com base nos vestígios arqueológicos e na análise espacial, na medida em que o cabeço da Gestosinha contém ainda o micro topónimo “Monte Renho”. Conforme observou Morais Branquinho o nome “*Castrum Trenium*”, mencionado na carta de couto da vila de Treixedo em 1133 (Branquinho, 1984, *apud* Neves, 2013), servia de limite entre esta vila e *Sancta Columba* (trata-se de um dos diversos diplomas em que não está claro se era a antiga *villa* ou o castro de *Sancta Columba*), posicionado junto ao Dão e próximo à estrada da Gestosa (“*stratam de Genotosa*”).

5.2. Da villa romana da Abadia à vila medieval de Óvoa

A estrada que hoje liga as povoações de Óvoa e Cagido através da várzea onde estava a *villa* romana da Abadia é seguramente posterior ao abandono deste assentamento, tendo a mesma, aliás, apartado os terrenos da Encosta do Patarinho e quebrado a unidade espacial do sítio. Ao seu redor desenvolveu-se um conjunto de povoações e lugares cujos primeiros registos históricos datam dos séculos XII e XIII, época em que, de acordo com o conteúdo dos diplomas, a zona da *villa* romana estava já ocupada pela floresta ou transformada em vinhas, sendo esta uma tradição que se mantém até hoje e que se reflete no microtopónimo “Vinhais”, atribuído a alguns terrenos no lado sul da mancha de ocupação.

Optámos por executar escavações arqueológicas na Encosta do Patarinho por ser este o único local da *villa* romana com indícios de reutilização na Época Alto-Medieval, concretamente, sepulturas rupestres. Este microtopónimo provavelmente deriva do nome *Petrus Martini Petario*, referido num documento de 1258¹⁶ durante as inquirições de D. Afonso III como o dono de um casal no lugar de São Pelágio¹⁷, arredores de Óvoa. Entretanto, o primeiro registo histórico do lugar “Patarinho”, uma área com pouco mais de 10 000 m², bem como da dita estrada entre Óvoa e Cagido — “*vadit per carril deinde quomodo dividit cum hereditatem de Petarino*” — consiste num diploma de 1273¹⁸. Para todos os efeitos este é o *terminus postquem* do sítio arqueológico em termos de configuração espacial, uma vez que a sua separação do assentamento romano não pode ser precisada, mas apenas conjecturada para os primeiros séculos da Alta Idade Média com a sua conversão em espaço funerário. Por esta época deverá ter sido construído também o *carril*.

Conclusão

Em síntese, tentaremos resumir objetivamente algumas características dos padrões de ocupação do Baixo Dão entre as Épocas Romana e Medieval, observadas apenas com base numa abordagem interdisciplinar sustentada nos vestígios arqueológicos registados, bem como nas análises espacial e documental.

I) Evolução dos modelos de ocupação

Em todos os sítios arqueológicos com vestígios romanos supramencionados, o modelo de implantação espacial é idêntico, designadamente em terrenos aplanados, baixas altitudes e próximos a ribeiros ou pequenos regatos, mas, sobretudo, afastados dos rios principais. Este modelo mantém-se igual nos outros assentamentos romanos do município de Santa Comba Dão, como aqueles localizados na freguesia de São João de Areias, que deverão ser abordados noutro momento.

A partir da Antiguidade Tardia torna-se mais difícil encontrar características de ocupação em comum, não necessariamente por não existirem, mas antes pela dificuldade na perceção dos vestígios arqueológicos deste período, sobretudo quando os dados são obtidos em trabalhos de prospeção. Para a Regada não podemos falar ainda em ocupação pós-romana; no Passal há apenas um pequeno fragmento

¹⁶ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 36.

¹⁷ Trata-se de um dos poucos topónimos medievais hoje desaparecidos.

¹⁸ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 51.

de cerâmica estampilhada a testemunhar a Tardo-Antiguidade o que torna ainda arriscada qualquer aproximação mais detalhada acerca deste período. Apenas na Encosta do Patarinho, as escavações arqueológicas estão a revelar um arco cronológico que poderá conter um breve momento de ocupação pós-romana, antes da transformação deste lugar em cemitério na Alta Idade Média.

Por enquanto, até que os trabalhos arqueológicos em execução forneçam dados mais conclusivos, é necessário esperar os primeiros anos da Idade Média plena para perceber um novo padrão em comum entre os locais dos antigos assentamentos romanos. Trata-se do abandono das suas áreas como zonas de habitação em face do “nascimento” de povoações nos seus arredores imediatos, testemunhadas nos registos históricos. É importante ressaltar que, em nenhum dos casos em estudo, estas povoações pleno-medievais se encontram no local da mancha de ocupação com vestígios datados entre a Época Romana e inícios da Alta Idade Média (Figs. 8 e 9).

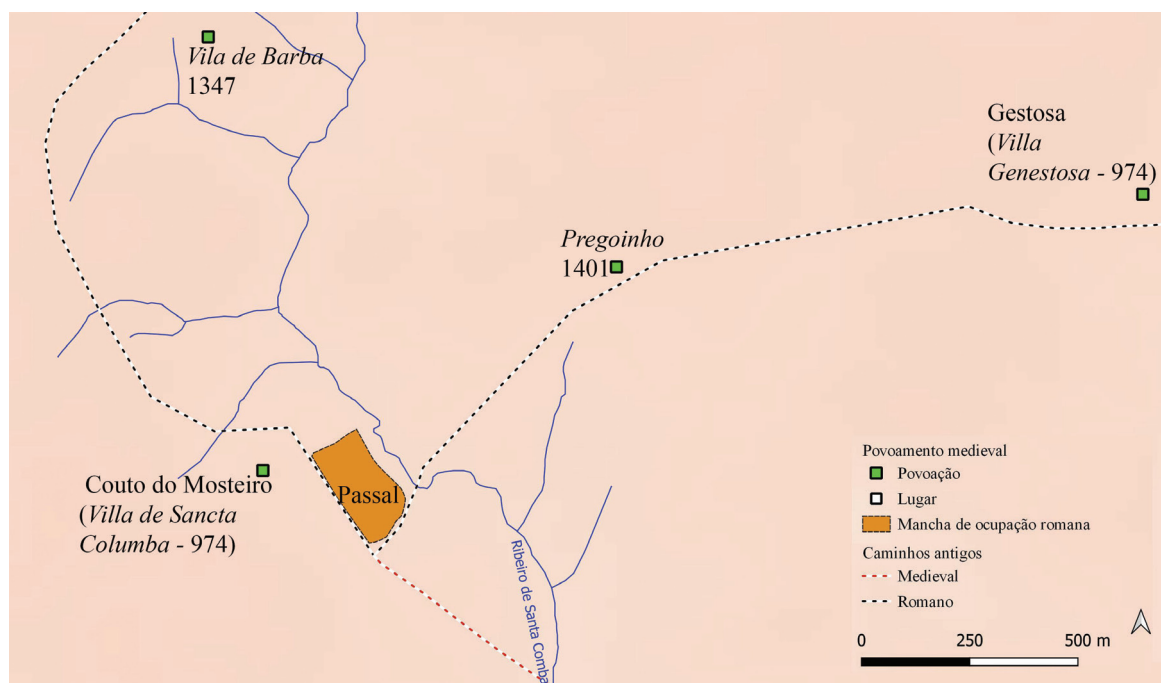


Fig. 8 – Relação entre o sítio do Passal e o povoamento medieval.

Não podemos ainda avançar com propostas para explicar este processo na área de estudo, uma vez que as suas origens devem ser procuradas no momento da perda de carácter senhorial da *villa* romana e nas formas de reaproveitamento das suas estruturas a partir da Antiguidade Tardia. Para tal esperamos que, dentro em breve, as escavações arqueológicas do Passal e Encosta do Patarinho possam lançar luz sobre esta temática aplicada ao estudo do sudoeste do Planalto Beirão, à semelhança do que acontece em outras regiões da Península Ibérica, para as quais há uma extensa bibliografia aplicada às transformações no povoamento romano e alto-medieval, tais como os trabalhos de Pietro Brogiolo & Chavarria Arnau (2008, pp. 194–213), José Avelino Gutiérrez González (2008, pp. 147–159), João Pedro Bernardes (2009, pp. 323–347) e López Quiroga & Laura Benito Díez (2010, pp 273–308) entre outros.

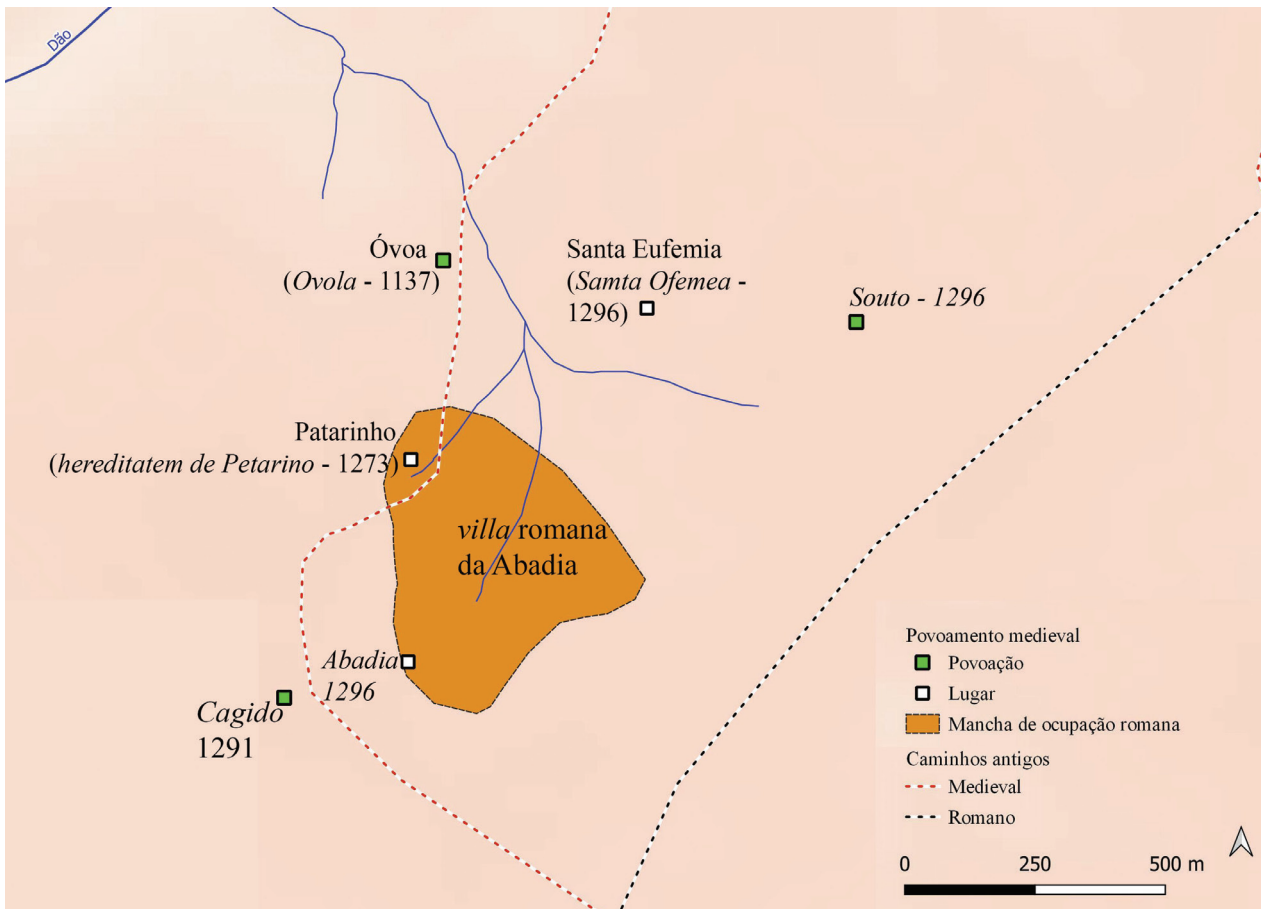


Fig. 9 – Relação entre o sítio da *villa* da Abadia e o povoamento medieval.

II) Evolução dos eixos estruturantes da rede de povoamento

O papel dos ribeiros e eixos viários terrestres na organização do povoamento assegurou uma paisagem humana que, em linhas gerais, ter-se-á mantido praticamente inalterada no Baixo Dão ao longo do primeiro milénio da era cristã. Esta configuração se altera apenas em inícios do século XII com a construção do castro de Santa Columba às margens do Dão, e a sua progressiva consolidação como centro de poder local, com influência não apenas sobre o lugar da antiga vila alto-medieval, mas estendida a todas as comunidades do Baixo Dão.

Em linhas gerais, este processo encontra semelhanças no Norte Peninsular ao longo dos séculos XI e XII, onde, conforme afirmou Quirós Castillo (2007, p. 79), foi produzida uma reconfiguração da estrutura urbanísticas das aldeias, na senda do desenvolvimento de novas formas de domínio senhorial. Conforme referido mais acima, no caso do Baixo Dão, essa reestruturação deveu-se à iniciativa de Mido Cidiz, tenente de Besteiros, que depois adquiriu direitos senhoriais sobre o *burgo* de Santa Columba.

Após a implantação deste povoado, o principal ponto de travessia do Dão fora deslocado das proximidades do cabeço da Gestosinha para junto da nova povoação, onde o vale escarpado fez necessária a construção de uma ponte. Neste sentido, não é de estranhar o incremento da ocupação na margem sul do Dão entre o *burgo* e a foz do Dão a partir do século XII, incremento este que se reflete na

grande quantidade de povoações mencionadas nos registos medievais posteriores (32 novos lugares nos diplomas de 1137 a 1416)¹⁹, seguramente impulsionado por um novo eixo viário diretamente articulado ainda com a navegação no Médio Mondego, mas agora também com *burgo* de Santa Columba (Fig. 10).

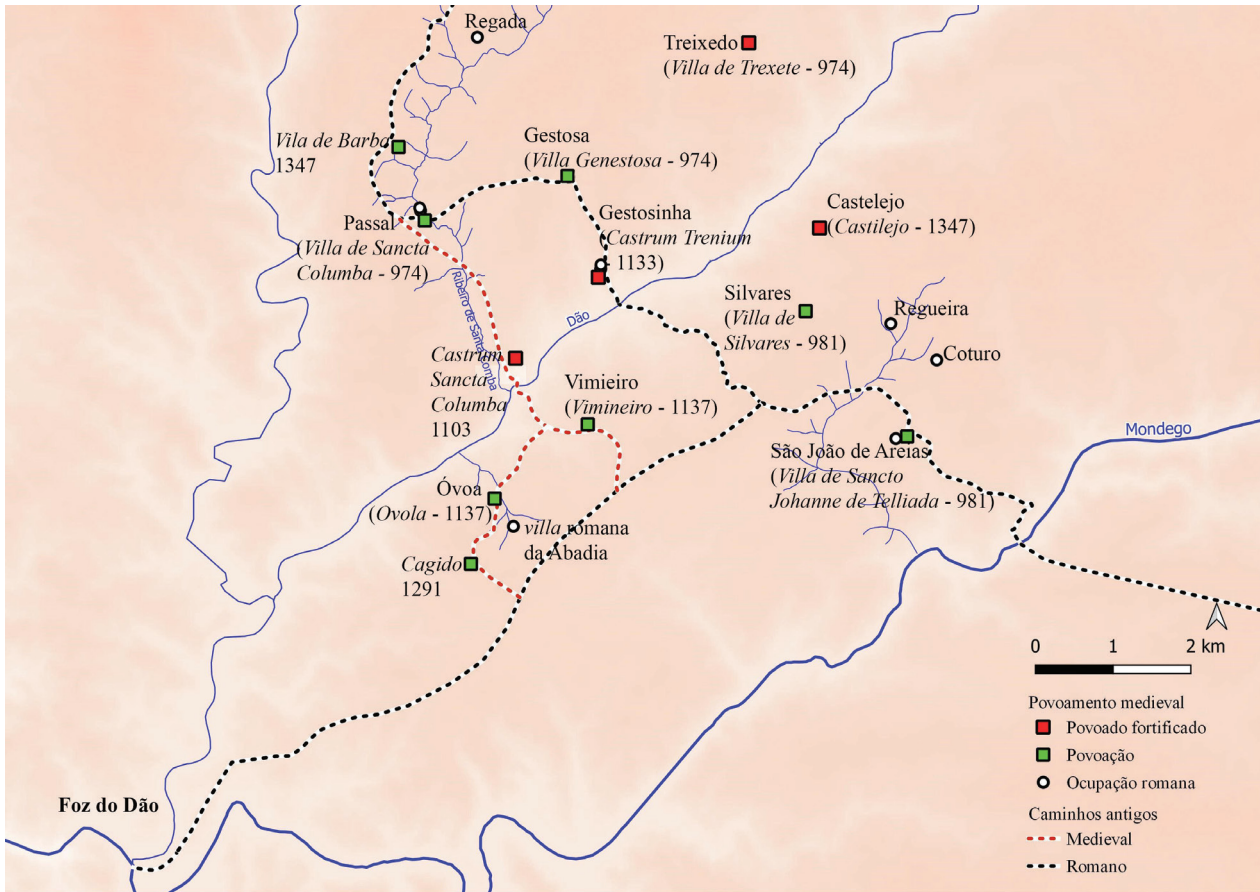


Fig. 10 – Rede de ocupação romana e medieval no Baixo Dão.

¹⁹ Informação consultada em Morais, 2013, Vol. I, pp. 22–27.

Bibliografia citada

ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. 37, pp. 89–119.

BARROCA, Mário (1990–1991) – Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII). *Portugalia*. Nova Série. 11–12, pp. 86–136.

BERNARDES, João Pedro (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no Sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V–VII). *Anales de Arqueología Cordobesa*. 20, pp. 323–348.

CHOUQUER, Gérard (2012) – *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja (Portugal)*. Coimbra; Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

DIOGO, António Manuel Dias; CATARINO, João (2006) – Cerâmica da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo, Prouença-a-Nova. *Al-Madan*. IIª Série. 14, pp. 153–154.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino (2008) – La disgregación del mundo tardoantiguo y la configuración de los nuevos espacios de ocupación. In BURÓN ÁLVAREZ, Milagros; RODRIGUES, Miguel Areosa, eds. – *Actas Coloquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero: Zamora, 28, 29 y 30 de marzo de 2007*. Zamora: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, pp. 147–159.

Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra (1999). Direção: Manuel Augusto Rodrigues; Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; BENITO DÍEZ, Laura (2009) – Entre la villa y la 'aldea'. Arqueología del hábitat rural en *Hispania* (siglos V–VI). In *El Tiempo de los "Bárbaros": pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V–VI d. C.)*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 273–308.

MATOS, Pedro (2019) – *O povoamento antigo de Santa Comba Dão. Do Período Romano à Idade Média*. Santa Comba Dão: Câmara Municipal.

MATOS, Pedro; CATARINO, Helena (2019) – A villa da Abadia (Santa Comba Dão, Viseu): materiais arqueológicos e vias de comunicação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 22, pp. 129–140.

MORAIS, Carlos (2013) – *Santa Comba Dão na Idade Média: uma multiplicidade de espaços e poderes*. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

NEVES, António (2014) – Vestígios arqueológicos e o povoamento da freguesia de S. João de Areias (concelho de Santa Comba Dão). Disponível em <<https://escolasecundriadetbua.academia.edu/Ant%C3%B3nioNeves>>.

BROGIOLO, Gian Pietro; CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2010) – El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el Occidente (siglos V–VIII). In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA ENTERO, Virginia; GIL SENDINO, Fernando, eds. – *Las "villae" tardorromanas en el Occidente del Imperio. Arquitectura y función: IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, pp. 193–214.

PINTO, Sandra (2014) – A «rua direita» portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica? *Revista de Morfologia Urbana*. 2:1, pp. 42–43.

PMH – HERCULANO, Alexandre, ed. (1856–1869) – *A Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita. Diplomata et Chartae. vol. I, fasc. I-II. Leges et Consuetudines. Vol. I, fasc. III. Scriptores. Vol. I, fasc. I*. Lisboa: Academia das Ciências.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2007) – Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular. *Territorio, Sociedad y Poder*. 2, pp. 65–86.